EMENDA DE PLENÁRIO N.º DE 2016
(do Sr. Arnaldo Faria de Sá)

EMENDA ao Projeto de Lei Complementar nº 257, DE 2016

Artigo 1º - Acrescentar o Parágrafo Único ao artigo 3º do Projeto de Lei Complementar em epígrafe.

I – Acrescente-se um Parágrafo Único ao artigo 3º do Projeto de Lei Complementar n.º 257 de 2016, com o seguinte texto:

Parágrafo Único – O Chefe do Poder Executivo Estadual apresentará, obrigatoriamente e anualmente, projeto de lei que vise corrigir, com base em índice que efetivamente reflita a inflação apurada no exercício financeiro em vigor, os vencimentos dos servidores públicos estaduais, garantindo a estes a revisão geral anual de sua remuneração para o exercício financeiro seguinte.

I – O prazo máximo para sancionar e aprovar o referido projeto é até o último dia do exercício financeiro em vigor.

II – O 1º projeto, a ser apresentado 180 dias após a publicação desta lei, deverá observar os índices inflacionários dos últimos 5 (cinco) anos.

JUSTIFICATIVA

O artigo 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, estabelece que a remuneração dos servidores públicos e o subsídio do artigo 39, § 4º da Constituição Federal somente podem ser alterados ou fixados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurando a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

No caso em comento, é claro que a intenção do legislador constituinte foi o de repor os vencimentos dos servidores públicos advindos da inflação medida em período anual.

Com isso, evita-se que o servidor público permaneça vulnerável frente ao governante do momento, para que, no mínimo, seja garantida a reposição salarial que foi corroída pela inflação.

Há inúmeros índices financeiros de credibilidade na sociedade, reconhecidos pelo mercado financeiro e pelo próprio governo, que avaliam e medem a inflação com precisão, como por exemplo, o IGP-M, IPCA, INPC, dentre outros.

Imperioso notar, que no estado de São Paulo, a carreira dos Agentes Fiscais de Rendas sequer teve a recomposição da remuneração que foi corroída pela inflação, nos últimos 5 anos, pelo menos. SINAESP

Sala das Sessões, em 28 de março de 2016

Arnado Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo
Vice-Líder do Bloco Parlamentar